

Planalto fará pressão sobre parlamentares

Fernando Henrique vai exigir rapidez na aprovação das propostas do pacote de ajuste fiscal

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso dará hoje um ultimato ao Congresso para que aprove com rapidez o projeto de lei que estabelece a contribuição para os servidores inativos e pensionistas e aumenta o percentual cobrado dos servidores da ativa. O governo também quer aprovar o aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) no Senado, proposta que será votada em segundo turno na terça-feira, além da modificação do regimento interno da Câmara, que permitirá acelerar a tramitação da CPMF na Câmara, para que todo o ajuste fiscal esteja concluído no mês de março.

Para isso, Fernando Henrique vai contar com o apoio dos presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP). Os três estarão reunidos hoje à tarde para definir a estratégia da votação na Câmara e a melhor maneira de formalizar o apoio do Legislativo ao governo no pior momento da crise financeira do Brasil. “Chegou a hora da verdade e o Congresso pre-

cisa dar uma resposta”, disse o ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Inflação – O governo vai exigir a aprovação dessas medidas, principalmente da contribuição dos inativos, como única forma de resolver a situação do País. “Ou se resolve essa questão estrutural ou volta a inflação, já que o problema fiscal brasileiro chama-se Previdência”, avisou Paulo Renato, cobrando dos parlamentares responsabilidade neste momento. “Não dá para brincar numa situação como esta”, comentou. “O País tem de se dar conta da gravidade da situação.”

Ontem, o presidente Fernando Henrique conversou por quase três horas com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. “A percepção do mercado externo é que até agora nada do ajuste fiscal foi feito”, disse Parente ao sair do encontro. “Aprovamos quatro MPs do ajuste fiscal na semana passada e não surtiu efeito nenhum, o que nos coloca na estranha situação de que, mesmo aprovando as medidas que nós prometemos, a expectativa

não melhora.” Segundo ele, será importante o Congresso indicar que o País está no caminho certo. “É um grande erro das pessoas achar que a mudança na política cambial resolve tudo”, observou. “Agora é que precisamos do ajuste fiscal.”

Além da contribuição dos inativos e do aumento da CPMF, o governo também dá prioridade à aprovação do Orçamento. Depois da reunião, Fernando Henrique, Antonio Carlos e Temer deverão fa-

zer um relato da conversa à imprensa, em encontro marcado para as 15h30 no próprio Palácio do Planalto. Não será apenas um pronunciamento dos três presidentes. Eles deverão responder algumas perguntas, em-

bora a idéia não seja realizar uma entrevista coletiva. “Queremos mostrar o resultado das conversas mantidas nos últimos dias e a disposição em votar o ajuste”, afirmou um assessor do Planalto.

O governo já afinou o discurso e montou a estratégia para conseguir aprovar a contribuição para os inativos. O principal articulador no Congresso será o ministro da Previdência, Waldeck Ornélas. Isso por-

que ele goza de credibilidade com os parlamentares. “Se o apelo para aprovação da contribuição dos inativos partir da equipe econômica que afundou o País nesta crise o governo pode ficar certo de que não terá nenhuma resposta”, afirmou um líder da base aliada. Todos os ministros políticos do governo devem mobilizar os seus partidos para ajudar os líderes na aprovação do projeto.

Coração – Na visão do governo, é fundamental aprovar a contribuição previdenciária. “O desequilíbrio da Previdência é o coração do déficit fiscal”, disse o secretário de Relações Institucionais do Palácio do Planalto, Eduardo Graeff. Segundo ele, todos os líderes estão convencidos da importância da votação das medidas do ajuste fiscal para reverter a expectativa negativa em relação à capacidade do Brasil de superar a crise.

Os termos da nova proposta já foram apresentados aos líderes e estão praticamente fechados. “Só falta um sinal verde dos líderes da base aliada”, disse Graeff, de forma cautelosa. Ele explicou que, se o governo enviar o projeto na terça-feira, poderá ser votado na quarta-feira sem nenhum problema. (Gerson Camarotti, Isabel Braga e Ribamar Oliveira)

ULTIMATO:
“CHEGOU A
HORA DA
VERDADE”